

Bernardo Lima de Sena;
Tadeu Mattos Farias

O ato de presentear amigos, parentes e vizinhos com estes doces é uma gentileza e prova de cordialidade que persiste nas pequenas comunidades interioranas do nordeste e faz parte do cimento que liga estas pessoas umas as outras, e, em conjunto, a terra onde vivem e trabalham. O município nos permite uma concepção de territorialidade, que embora apresente elementos advindos de uma ordenação vertical consistente com o poder constituído e a estrutura do sistema capitalista, oferece, entretanto, de maneira mais nítida, a leitura de uma situação em



que a “base popular”, tem suas raízes na construção de um cotidiano caracterizado por um trabalho comum e por uma vida em que a solidariedade e a convivência amigável norteiam os relacionamentos humanos (SENA, 2005).

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.

Para pensar sobre questões que produzem diversas formas de assujeitamento e não acesso aos direitos básicos, humanos decidimos partir do lugar teórico-metodológico da cartografia de Deleuze e Guattari, utilizado para o estudo da subjetividade e de seu processo de produção, o que não exige de nós um conjunto de regrinhas prontas, o que requer do interventor pesquisador a habitação do território investigado e uma implicação no seu trabalho. A cartografia é aqui entendida como um componente segundo o qual toda análise tem uma direção clínico-política e que o conhecer, é, por conseguinte, idealizar, inventar uma realidade de si e do mundo, o que tem implicações políticas (PASSOS; BARROS, 2010).

Partimos da noção de subjetividade como *socius* e do reconhecimento de toda subjetividade como subjetividade de grupo (GUATTARI, citado por PASSOS, 2007), e entendemos o grupo como um dispositivo para refletir analogias de saber-poder, artifícios instituídos e instituintes nas paisagens as quais as cartografias grupais são formadas, se forma e a formamos enquanto paisagens psicossociais (PASSOS, 2007; BARROS, 2007; SILVA, 2010).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Ao sairmos de um lugar estritamente tradicional e elitista que é o espaço da clínica, nós psicólogos passamos a adentrar cada vez mais em novas questões agora relacionadas à população, a comunidade, e aos direitos relacionados a estes que estão ancorados em políticas públicas e assistência social, proporcionando desta forma a aproximação da ciência psicológica com as dinâmicas do cotidiano da maioria da população (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

A partir desta justaposição, nós profissionais passamos a ser transpassados pelos questionamentos sociais, voltados para a crítica e busca de transformações em contextos até então “abandonados” a própria sorte, adentramos, portanto, num campo totalmente “maquiado” por uma aparência disfarçada até o momento. Temos o papel de nos fazermos protagonistas e fazer surgir mais outros no que diz respeito à luta por direitos e mudanças sociais a favor do “bem-estar” social, principalmente de classes desfavorecidas e jogadas ao vento (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

Vários são os questionamentos e as problematizações que envolvem a nossa profissão no contexto social e comunitário. O nosso contato com as atividades comunitárias torna-se



relevante, pois não nos faz só conhecer os aspectos econômicos e sociais daquele lugar, mas o que sente o que faz e o que pensa diariamente aquela população em relação a si e aos que na comunidade estão inseridos.

Portanto torna-se necessário que nós profissionais da psicologia não fiquemos limitados e estagnados em certos contextos e atuações, é preciso que busquemos novas formas de intervenções que venham suprir as demandas que são apresentadas, contribuindo para que pessoas e grupos comunitários ampliem suas possibilidades de se construírem criativamente e se reinventarem conquistando desta forma seu lugar de direito, de ser e estar no mundo. Portanto problematizar o próprio fazer psicológico neste âmbito torna-se relevante, na medida em que muitos se encontram estagnados e limitados em certos contextos e atuações (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

Dessa forma, ao tecermos laços entre a Psicologia e a Assistência Social devemos compreender que a mesma deve está se voltando para a realidade social brasileira, se preocupando com as questões sociais relacionadas segregação/assujeitamento/exclusão, a pobreza gerada pelo poder capitalístico, promovendo a nossa atuação nestes espaços excluídos/assujeitados pelas disparidades socioeconômicas que se observa em nosso país (RAMOS e CARVALHO, 2008).

Desta forma, o nosso papel como profissionais é podermos cooperar com prática que colaboraria para a qualidade de vida dos moradores das comunidades carentes que se localizam em determinados espaços de exclusão (as favelas, as regiões pobres) de forma a contribuir com práticas que podem fornecer subsídios para a melhoria das condições de vida dos sujeitos aí presentes. Nesse caso nosso papel é com o lugar, com a realidade local, a situação em que as pessoas se encontram, necessitando está incriminado com seu trabalho e com o contexto, objetivando a participação onde todos tenham voz e vez, respeitando o conhecimento das pessoas, pensando nos indivíduos como agentes ativos na transformação da realidade (GOMES et al, 2010), devendo existir relações de horizontalidade onde os saberes das pessoas sejam valorizados na construção da realidade local, ao mesmo tempo, construindo e trabalhando com ferramentas que possibilitem o empoderamento e promoção de potencialidade da quantia da população deposta de direitos (VILLACORTA; RODRÍGUEZ, 2002) .

Ao nos depararmos com a realidade deste campo a partir de nossa entrada no CRAS do município de Lagoa d'Anta, percebemos que muitas pessoas acobertadas pela assistência social e seus programas frequentam as escolas públicas de nosso município e para que nosso trabalho ocorresse de maneira mais efetiva precisaríamos ir até onde o povo está. A partir de nosso primeiro contato com a escola de maior porte deste município e alguns encontros com



estudantes de Educação de Jovens e Adultos-EJA, Em sua maioria agricultores e raspadeiras de mandioca, que nos relataram suas vidas e suas dificuldades de acesso a uma saúde de qualidade, de acesso a uma educação digna para si e seus descendentes, pois desejavam uma vida diferente das suas, notamos uma verdadeira negação dos Direitos Humanos, de direito a cidadania, o que gera grandes problemas à população local.

Decidimos pensar o grupo como um instrumento de mudança, um grupo pensante que se permitisse refletir a realidade na qual se encontrava, potencializando assim aquele contexto e produzindo com isso novos modos de subjetivação. A noção de subjetividade aqui colocada, não se atenta às questões de identidade, de estrutura psíquica ou de personalidade, sendo que a ideia aqui exposta é a que vem questionar a presença e uma interioridade em separado de uma exterioridade (MACHADO, 1999).

Uma subjetividade nos fala de territórios existenciais que podem tornar-se inteiramente fechados às mudanças que podem ocorrer, como os mapas, ou podem tornar-se inteiramente abertos a outras formas de ser como as cartografias. Os processos de subjetivação fazem referência à própria força das mutações, ao devir, ao imprevisível, aos processos de dissolução de formas instituídas, uma espécie de movimento instituinte, que ao se instituir, ao dar a forma de um território, abrolharia uma nova configuração de subjetividade (MACHADO, 1999).

A maioria destes estudantes mora na periferia da cidade e em alguns lugares bastante carentes da zona rural. Percebemos que o preconceito está presente na vida destas pessoas. Alguns, morando em um bairro muito estigmatizado chamado de “favela mangueiral”, sofrem na pele as consequências de serem negros, pardos, pobres, sempre rotulados como favelados, mal educados.

A esse grupo de estudantes são atribuídas todas as formas de situações negativas: se tem suspeita de alguma droga na escola, a suspeita recai sobre aquele grupo. Como podemos observar, os estigmas aí se apresentam de forma bastante visível. Os estigmas aparecem em várias situações cotidianas, desde o ambiente escolar até o atendimento diferenciado pelos profissionais de saúde do município. Entendemos “estigma” como um atributo que produz um amplo envilecimento na vida do sujeito; em situa situações derradeiras, é batizado como “defeito”, “falha” ou desvantagem em relação ao outro semelhante; isso configura uma oposição entre a identidade social virtual e a identidade real.

Durante o percurso dos encontros e realização das oficinas, percebíamos a formação de um novo grupo-identidade, apesar dos primeiros momentos de resistência no desenvolvimento do trabalho, o grupo posteriormente assume-se como um devir-grupo e



começa a quebrar estas resistências identitárias, por uma nova identidade grupal. Assim temos uma nova produção de subjetividade, que passa a ser definida como “a produção dos modos de existência e invenção cultural do mundo, modos de viver, (re) produzir a história, produzir cultura e reinventar a vida” (SILVA, 2010, p.4).

E este devir-grupo produziu novos processos subjetivos e novos desejos, surgindo novas atitudes, novas formas de pensar e agir de forma mais consciente na comunidade onde o grupo vive e convive sobre as mais severas situações de segregação, constituindo-se como uma nova forma de existir e se produzir no mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho pretendeu relatar um estudo-intervenção em uma escola pública municipal do município de Lagoa d’Anta/RN, em que trabalhamos temáticas voltadas para a questão dos direitos humanos, onde nos debruçando sobre alguns textos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração Universal de Direitos Humanos, nosso objetivo era fazer com que o grupo percebesse esses documentos como ferramentas de transformação, de luta. E nos segurando a propósito da Declaração dos direitos Humanos, necessitamos aproveitá-la como uma estratégia de transvalorização do direito e do humano (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2008).

Como cidadãos que somos, ao presenciar situações de sofrimento da população lagoadantense e por termos sentido na pele muitos dos problemas vivenciados por esse povo, decidiram nos jogar no CRAS deste município, nos jogar no sentido de nos doar ao máximo nesse estágio.

Decidimos que nosso papel enquanto estudantes, pesquisadores, pessoas, profissionais psicólogos, seria potencializar os sujeitos, ensiná-los e aprender junto com eles a lutar pela vida, a potencializar a vida. Isso atravessou toda a nossa experiência enquanto estagiários/aprendizes/atores/supervisores. Inicialmente, nosso trabalho foi marcado pela preocupação em compreender os significados construídos socialmente dentro daquele grupo, onde percebemos uma dificuldade de mobilização em busca dos direitos fundamentais garantidos em lei, um grupo rotulado de estereótipos e preconceitos. Porém percebíamos que a escola era encarada como algo positivo. Os processos pelos quais o grupo passou e vivenciou se deu através de uma série de atravessamentos, desde a construção de um grupo, a criação da identidade deste grupo e no reconhecimento dele como um devir-grupo.



4. REFERÊNCIAS.

- AFONSO, Lúcia. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.
- BARROS, Regina Benevides de. Entrada grupal: uma escolha ético-estético-política. In: Grupo: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2007.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lília Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. Psicol. clin. [Online]. 2008, vol.20, n.2, pp. 89-102.
- GOMES, Maria Aparecida de França; SANTOS, Regina Maria dos; Oliveira, Antonimária Bandeira de Freitas. Educação em saúde. Natal: EDUnP, 2010. 187p.
- MELO, Zélia Maria. Os estigmas: a deterioração da identidade social. PUC-MG. 2000. Disponível em: <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>> Acessado em 21/04/2012.
- PASSOS, Eduardo. Quando o grupo é afirmação de um paradoxo (11-19). In: BARROS, Regina Benevides de. Grupo: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Proteção Básica do Sistema Único da Assistência Social: Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social. Versão Preliminar. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.
- PASSOS, Eduardo, BARROS, Regina Benevides de. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / Eduardo passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia (Orgs). Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2010.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004. SENA. Bernardo Lima de. Lagoa d'Anta: a cultura da mandioca na vida econômica e cultural do município. 2005. 78 folhas. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2005.
- SILVA, Antônio Vladimir Félix da. Subjetividade e Cartografias Grupais: uma perspectiva ético-estético-política. In: Auto-Atendimento UnP. Dinâmica de Grupo, 2010.2 julho a dezembro. Recurso Didático. Natal: Universidade Potiguar, 2010.
- XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de e BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. Psicol. cienc. prof. [online]. 2009, vol.29, n.4, pp. 686-699. ISSN 1414-9893.

